RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

Como a Retomada do Parlamento em 1947 Reconstruiu a Democracia em Mato Grosso após o Golpe de 1937

Dez anos após o golpe de Getúlio Vargas, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso retomou suas atividades e marcou a reconstrução democrática no estado.

A trajetória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) reflete não apenas a capacidade institucional de reconstrução, mas também a resiliência do Parlamento na reafirmação de seu papel fundamental na democracia estadual. Após uma década de inatividade forçada, resultado do golpe de estado promovido por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, o Poder Legislativo estadual retornou ao funcionamento em 1947. Esse retorno representou muito mais que uma simples reabertura: significou a reconstrução de estruturas, a recuperação de espaços de representação popular e a reafirmação dos princípios democráticos que haviam sido suprimidos.

O período compreendido entre 1937 e 1945, identificado historicamente como Estado Novo, caracterizou-se pela concentração absoluta do poder nas mãos do presidente Getúlio Vargas. A decisão de encerrar as atividades do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras municipais interrompeu de forma brusca o funcionamento das instituições que representavam a vontade popular e modificou profundamente os mecanismos de elaboração legislativa e de controle administrativo dos governos.



Conforme análise do historiador Edevamilton de Lima Oliveira, vinculado à Secretaria de Cultura e Memória do Poder Legislativo (SCMPL), essa transformação política impactou diretamente a dinâmica institucional estadual. Em um sistema democrático tradicional, qualquer proposição legislativa passa por um processo rigoroso que envolve debates entre parlamentares, análises técnicas por comissões especializadas e votação conforme os procedimentos estabelecidos constitucionalmente. Durante o Estado Novo, esse mecanismo foi

completamente substituído por um modelo em que as decisões eram tomadas de forma centralizada, sem participação representativa.